





# Fundação São Paulo Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPJ/MF nº 60.990.751/0001-24



## Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

>>> Continuação

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** – A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.

**Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis** - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento onde os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2011, a Fundação possuía provisão para créditos duvidosos, no montante de R\$ 41.604 sobre as contas a receber de alunos, representativos de 72% do saldo de contas a receber total (vencidos e a vencer) e provisão para créditos duvidosos, no montante de R\$ 31.225 sobre as bolsas restituíveis, representativos de 66% do saldo de bolsas restituíveis totais, para fazer face ao risco de crédito.

**b. Risco de liquidez**  
É o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/12/2011	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos financeiros não Derivativos</b>						
Empréstimos e financiamentos	98.930	25.133	22.912	33.477	17.408	-
Fornecedores	5.034	4.738	-	296	-	-
Impostos parcelados	136.096	1.924	1.908	3.832	11.496	116.936
Diferenças salariais a pagar	9.602	627	-	-	-	8.975
<b>Total</b>	<b>249.662</b>	<b>32.422</b>	<b>24.820</b>	<b>37.605</b>	<b>28.904</b>	<b>125.911</b>

### c. Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	15.690	13.904
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	(98.930)	(109.133)
<b>Total</b>	<b>(83.240)</b>	<b>(95.229)</b>

### Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$ 83.240.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2011, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 11,75% cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 11,60% verificada no ano de 2011.

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2011	11,60%	11,60%	11,60%
Dívida líquida	83.240	83.240	83.240
Taxa anual estimada do CDI	11,75%	14,69%	17,63%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento	125	2.572	5.019

Secretaria Executiva

João Júlio Farias Júnior

Secretário Executivo da Fundação São Paulo

José Rodolpho Perazzolo

Secretário Executivo da Fundação São Paulo

Controladoria

Mário Candido Santos

Controller - CRC 1SP218641/O-5

José Olímpio Cardoso Neto

Contador - CRC 1SP18128/O-5

Conselho Fiscal

José Eduardo Dias Soares

Presidente do Conselho Fiscal

Fábio Nusdeo

Membro do Conselho Fiscal

Marcel Solimeo

Membro do Conselho Fiscal

### d. Estimativa do valor justo

A Fundação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

#### d1. Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Nota	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>				
<b>Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.690	15.690	13.904
Aplicações financeiras	8	8.479	8.479	10.321
		<u>24.169</u>	<u>24.169</u>	<u>24.225</u>
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Contas a receber de alunos	6	15.931	15.931	11.205
Bolsas restituíveis	7	15.120	15.120	24.212
Outras contas a receber		2.762	2.762	3.459
		<u>33.813</u>	<u>33.813</u>	<u>38.876</u>
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Empréstimos e financiamentos	10	98.930	98.930	109.133
Fornecedores		5.034	5.034	4.241
Impostos parcelados	13	136.096	136.096	135.489
Diferenças salariais	12	9.602	9.602	12.846
		<u>249.662</u>	<u>249.662</u>	<u>261.709</u>

#### Ativos mensurados pelo custo amortizado

Contas a receber de alunos

Bolsas restituíveis

Outras contas a receber

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Impostos parcelados

Diferenças salariais

#### d2. Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Baseado nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

**Nível 3** - Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

### 22 Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 125.820 para cobertura dos edifícios, R\$ 3.220 para responsabilidade civil e R\$ 92.420 para máquinas, móveis, utensílios e instalações.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 23 Gratuidades através de bolsas de estudo e projetos assistenciais

A Fundação oferta bolsas de estudo a estudantes carentes e desenvolve projetos assistenciais procurando atender à comunidade carente. Os gastos e as despesas relacionados a esses projetos para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente estão assim demonstrados:

	2011	2010
<b>Receita</b>		
Mensalidades, taxas e inscrições	349.129	328.818
Cursos extracurriculares	37.577	43.282
<b>Deduções da receita</b>		
Bolsas de estudo concedidas	(65.781)	(64.799)
Descontos concedidos sobre mensalidades	(3.517)	(5.922)
Inadimplência no ano – curso de graduação	(9.386)	(4.111)
<b>Total da receita efetivamente recebida</b>	<b>308.022</b>	<b>297.268</b>
<b>Gratuidade e custo do atendimento gratuito</b>		
Bolsa Pro uni	(26.699)	(25.506)
Bolsas doação Fundação São Paulo (bolsa para carentes)	(3.999)	(4.858)
<b>Total de bolsas filantrópicas</b>	<b>(30.698)</b>	<b>(30.364)</b>
Bolsa doação FUNDASP (Bolsa DERDIC para Alunos Surdos - Ensino Fundamental)	(1.922)	(2.352)
Custo dos atendimentos e projetos sociais	(44.703)	(47.339)
<b>Total de gratuidades</b>	<b>(77.323)</b>	<b>(80.055)</b>
<b>Percentual de gratuidades educacionais concedidas</b>	<b>25,10%</b>	<b>26,93%</b>
<b>Valor equivalente à cota patronal isenta</b>	<b>60.735</b>	<b>63.890</b>

Tomando por base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade, a Administração da Fundação cumpriu as exigências legais tendo obtido nos exercícios de 2011 e 2010 os percentuais de 25,10% e 26,93% respectivamente, estando acima do limite de 20% estabelecido em Lei. Os valores acima fazem parte das demonstrações de superávit e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo. Dos atendimentos hospitalares realizados durante o ano de 2011 pelo Hospital Santa Lucinda vinculado à Fundação 60,07% foram efetuados através do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2010, os atendimentos aos pacientes do SUS atingiram o percentual de 66,43%.

### CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Fundação São Paulo é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 23 de julho de 1999, que assegurou a validade do Certificado concedido pelo Processo nº 259.085/70, em 5 de maio de 1971, por ter sido renovado através da Resolução CNAS nº 180, de 20 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1999, e aprovações posteriores. Nos anos 2000, 2003 e 2006, a Fundação São Paulo requereu, tempestivamente, as renovações trimestrais do seu CEAS por meio dos processos protocolados sob os nºs 44006.004925/2000-64, 71010.002625/2003-96, 71010.003536/2006-18, respectivamente, as quais foram devidamente deferidas. Em 2009, requereu, novamente, a renovação do CEAS, conforme Protocolo CNAS nº 71010.004022/2009-14, datado de 27 de outubro de 2009, correspondente a última Prestação de Contas (triênio 2006-2007-2008), a qual foi encaminhada ao Ministério da Educação, em 24/02/2010, conforme determina o art. 35 da Lei nº 12.101/2009 e seu Decreto Regulamentador 7.237/2010, Ministério Competente pela nova certificação (CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), deferida através da Portaria nº 31 de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012.

Aprovação do Conselho Fiscal, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças e do Conselho Superior da FUNDASP

De acordo com o que determina o estatuto da Fundação São Paulo, as demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, conforme Ata nº 2/2012 lavrada em 15/03/2012, pelo Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, conforme Ata nº 1/2012 lavrada em 22/03/2012, e pelo Conselho Superior, conforme Ata nº 125 lavrada em 10/04/2012.

Ao Conselho Superior da Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

Opinião  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 09 de abril de 2012



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo  
Contador CRC 1SP198789/O-0